

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 12.

1 A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que agricultores e indústria alimentar deixem de usar antibióticos rotineiramente para promover o crescimento e prevenir doenças em animais saudáveis. As novas recomendações da OMS têm o objetivo de ajudar a preservar a eficácia dos antibióticos importantes para a medicina humana reduzindo seu uso desnecessário em animais.

4 Em alguns países, aproximadamente 80% do consumo total de antibióticos medicamente importantes está no setor animal, em grande parte para a promoção do crescimento de animais saudáveis.

7 O uso excessivo e indevido de antibióticos em animais e seres humanos está contribuindo para a crescente ameaça de resistência a esses medicamentos. Alguns tipos de bactérias que causam infecções graves em humanos já desenvolveram resistência à maioria ou a todos os tratamentos disponíveis e há poucas opções promissoras de pesquisa em etapa de desenvolvimento para uso clínico.

10 “A falta de antibióticos eficazes é uma ameaça de segurança tão séria como um surto de doença súbita e mortal”, diz o diretor-geral da OMS. “Uma ação forte e sustentada em todos os setores é vital se quisermos reverter a maré da resistência antimicrobiana e manter o mundo seguro”.

13 A OMS recomenda fortemente uma redução global no uso de todas as classes de antibióticos de importância médica em animais produtores de alimentos, o que inclui a restrição completa desses antibióticos para a promoção do crescimento e a prevenção de doenças sem diagnóstico. Animais saudáveis só devem receber antibióticos para prevenir doenças se elas tiverem sido diagnosticadas em outros animais no mesmo rebanho ou em população de peixes.

16 “A evidência científica demonstra que o uso excessivo de antibióticos em animais pode contribuir para o aparecimento de resistência a esses medicamentos”, afirma o diretor do Departamento de Segurança Alimentar e Zoonoses da OMS. “O volume de antibióticos utilizado em animais continua a aumentar em todo o mundo, impulsionado por uma crescente demanda por alimentos de origem animal, muitas vezes produzidos por meio de sua criação intensiva”.

19 Muitos países já adotaram medidas para reduzir o uso de antibióticos em animais produtores de alimentos. Desde 2006, por exemplo, a União Europeia proibiu o uso de antibióticos para promoção do crescimento animal. Os consumidores também estão impulsionando a demanda por carne sem o uso rotineiro de antibióticos e algumas grandes cadeias alimentares já adotam políticas “sem antibióticos” para seus suprimentos de carne.

22 Entre as opções alternativas para o uso de antibióticos com o intuito de prevenir doenças em animais, estão a melhora na higiene, a otimização do uso de vacinas e as mudanças na habitação de animais e nas práticas de criação.

25 As diretrizes da OMS sobre o uso de antimicrobianos medicamente importantes em animais produtores de alimentos têm base em décadas de relatórios de especialistas e avaliações do papel do uso de antibióticos agrícolas na crescente ameaça de resistência a antibióticos.

Internet: <www.paho.org> (com adaptações).

No que se refere ao texto e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 1 a 7.

- 1 O objetivo do texto, estruturado em forma dissertativa, é alertar o público leitor do risco da resistência antimicrobiana causada pelo uso excessivo e indevido de antibióticos.
- 2 Depreende-se da leitura do texto que a resistência antimicrobiana causa surtos de males súbitos e mortais.
- 3 Na linha 3, a acentuação gráfica em “têm” indica que o verbo está no plural, concordando com o núcleo do sujeito da oração, o substantivo “recomendações”.
- 4 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso fosse inserida uma vírgula após o termo “humanos” (linha 7), dada a extensão do sujeito da oração.
- 5 Na linha 9, o emprego do acento indicativo de crase em “à maioria” justifica-se pela regência do termo “resistência” e pela anteposição de artigo definido ao termo “maioria”.

- 6 Na oração “há poucas opções promissoras de pesquisa em etapa de desenvolvimento para uso clínico” (linhas 9 e 10), o sujeito está posposto ao verbo.
- 7 Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto caso fosse inserido, na linha 16, o vocábulo **caso** imediatamente após o conector “se”.

Considerando a correção gramatical e a coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens de 8 a 12.

- 8 “reduzindo seu uso desnecessário em animais” (linha 4) por **por meio da redução desnecessária de seu uso em animais**.
- 9 “como” (linha 11) por **quanto**.
- 10 “fortemente” (linha 14) por **com veemência**.
- 11 “que” (linha 18) por **onde**.
- 12 “com o intuito de” (linha 26) por **com o propósito de**.

Em relação à correspondência oficial por correio eletrônico, julgue os itens **13** e **14**.

- 13** Na mensagem encaminhada por *e-mail*, devem constar informações mínimas acerca do conteúdo de arquivo que lhe seja anexado.
- 14** As mensagens de correio eletrônico da Administração Pública têm sempre valor documental, não sendo necessária a existência de certificação digital que ateste a identidade do remetente.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

No que diz respeito ao programa Microsoft Excel 2013, ao sistema operacional Windows 8 e aos conceitos de redes de computadores, julgue os itens de **15** a **19**.

- 15** A definição de nomes para uma célula ou um intervalo selecionado é permitida no programa Excel 2013.
- 16** Mesmo que uma determinada célula tenha seu tipo de dado definido como Texto, é possível realizar cálculos envolvendo essa célula.
- 17** A existência da conta de Visitante na tela de *logon*, assim como da conta de Administrador, é obrigatória no Windows 8.
- 18** As pastas Documentos, Imagens e Downloads são exemplos de pastas que estão armazenadas na pasta pessoal do usuário do sistema operacional Windows 8.
- 19** O protocolo UDP (*User Datagram Protocol*) é um protocolo extremamente complexo. Entretanto, para minimizar a carga computacional adicional provocada por sua ação, ele possui um eficiente controle de fluxo e de congestionamento.

Acerca do programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais atual, dos sítios de busca e pesquisa na Internet e dos conceitos de arquivos, julgue os itens de **20** a **24**.

- 20** No Google Chrome, existe a possibilidade de o usuário organizar as guias, ou seja, alterar sua ordem.
- 21** No modo de navegação visitante do Google Chrome, o usuário, além de visualizar outros perfis do Chrome, pode ainda alterá-los.
- 22** Além do Google, existem outros *sites* que o usuário pode utilizar para realizar busca e pesquisa na Internet, como, por exemplo, o Yahoo.
- 23** No *site* de busca Bing, os vídeos encontrados na pesquisa podem ser pré-visualizados. Para tanto, basta que o usuário passe o *mouse* sobre eles.
- 24** Quando se cria um arquivo sem conteúdo no Windows, por definição esse arquivo terá 512 *bytes* de tamanho, o que corresponde ao cabeçalho do arquivo.

Um exame tem duração de 6 minutos e 30 segundos. Para a preparação de 2 pacientes que o farão, gastam-se ainda mais 2 minutos e 15 segundos. Há uma fila com 9 pacientes para realizar o exame, que serão atendidos sucessivamente, sem pausas. Quando o primeiro paciente entra, seu exame começa imediatamente, sem necessidade de preparações.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens de **25** a **27**.

- 25** O tempo de três preparações para o exame é maior que a duração de um exame.
- 26** Depois de meia hora, o quinto paciente da fila estará fazendo seu exame.
- 27** O exame do último paciente da fila terminará mais de uma hora e quinze minutos após o começo do exame do primeiro.

RASCUNHO

A senha de um cartão é formada por 4 algarismos, que variam de 0 a 9, sem repetição. Sabe-se que a senha não começa com o algarismo 0.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **28 a 30**.

- 28** O total de senhas possíveis é maior que 5.000.
29 Suponha-se que a senha seja formada pelos algarismos do conjunto {4, 5, 6, 8}. Nesse caso, existem mais de 40 possibilidades de senha.
30 Se o algarismo 5 faz parte da senha, então existem menos de 1.850 possibilidades de senha.

- A) Se João toma chá, então é noite.
 B) Se Marcus corre no parque, então é dia.

Considerando as proposições acima, julgue os itens **31 e 32**.

- 31** Se é noite, então João toma chá.
32 Se é noite, então Marcus não corre no parque.

RASCUNHO

Os protestos contra a lei de extradição em Hong Kong acabaram em violência. No dia 12 de junho de 2019, a polícia usou balas de borracha e gás lacrimogêneo para dispersar grupos de manifestantes que tentavam invadir o prédio do Legislativo do território.

Internet: <<https://oglobo.globo.com>> (com adaptações).

Quanto à temática abordada no texto acima e a assuntos correlatos, julgue os itens de **33 a 36**.

- 33** Hong Kong é uma ex-colônia britânica que conseguiu, apenas no final do século XX, sua independência.
34 Os confrontos ocorreram após manifestações que tinham como reivindicação secundária a renúncia do presidente e a realização de novas eleições gerais no país.
35 O governo de Hong Kong, após as manifestações em tela, suspendeu a proposta que visava a alterar as leis locais de extradição.
36 O governo chinês, com o qual Hong Kong mantém relações diplomáticas amigáveis, repudiou veementemente a repressão policial contra os manifestantes.

O Brasil atingiu, pela primeira vez em sua história, o patamar de 31,6 homicídios por 100 mil habitantes. A taxa, registrada em 2017, corresponde a 65.602 homicídios naquele ano e revela a premência de ações efetivas para reverter o aumento da violência. É o que aponta o Atlas da Violência 2019, com dados de 2017, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e divulgado no dia 5 de junho.

Internet: <www.ipea.gov.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens de **37 a 40**.

- 37** Segundo o Atlas da Violência, o número de homicídios de mulheres em 2017, em relação a 2016, ultrapassou a média geral nacional.
38 O estudo apontou que a taxa de homicídios de mulheres negras é maior e cresce mais que a taxa de homicídios de mulheres que não são negras.
39 O Atlas da Violência apontou um componente étnico nos homicídios em 2017 que já é histórico: a diferença entre o número de homicídios de negros e brancos se alarga a cada ano.
40 O Atlas não promoveu pesquisas ou estudos em relação aos homicídios que atingem a comunidade LGBTI+, apesar de ser consenso, entre os estudiosos, que houve aumento na taxa de homicídios desses indivíduos nos últimos anos.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Com base na Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens de **41 a 45**.

- 41** A Comissão Mista de Reavaliação de Informações tem por competência decidir, no âmbito da Administração Federal, sobre a classificação de informações sigilosas.
- 42** A inobservância da lei de acesso à informação por entes privados que detiverem informações em razão de vínculo com o Poder Público poderá ensejar sanções diversas, como a proibição definitiva de contratação com o Poder Público.
- 43** A classificação de informações pessoais reservadas em razão da intimidade e da honra de indivíduo poderá sofrer restrição indefinida no tempo, sem prazo-limite.
- 44** As informações pessoais de acesso restrito em razão da honra e da intimidade de indivíduo não admitem, de sua parte, a renúncia à proteção, dada a indisponibilidade dos direitos fundamentais.
- 45** Exatamente por se tratar de matéria confidencial, a classificação de informação como sigilosa dispensa fundamentação pela autoridade que a decretar.

À luz da Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens de **46 a 50**.

- 46** O processo que contenha matéria de interesse geral poderá ensejar consulta pública para manifestação de terceiros, com vistas a subsidiar a tomada de decisão.
- 47** O processo que contenha matéria de alta relevância poderá ensejar audiência pública para debates, com vistas a subsidiar a tomada de decisão.
- 48** O interessado poderá promover a juntada de documentos e de pareceres durante toda instrução que anteceder a tomada de decisão.
- 49** A autoridade administrativa tomadora de decisão não se vincula, de nenhum modo, aos elementos probatórios, podendo desconsiderá-los segundo sua discricionariedade decisória.
- 50** Quando os dados necessários à apreciação do pedido feito pelo interessado não forem apresentados no prazo fixado pela Administração, proceder-se-á ao arquivamento do feito.

Julgue os itens de **51 a 55** a respeito dos conceitos de Estado, de governo e de Administração Pública.

- 51** A dinâmica da separação dos Poderes no âmbito do Estado pressupõe uma preponderância no desempenho de certa função por certo Poder, mas não exclusividade.
- 52** O Judiciário desempenha como função atípica a administração, mas não a normatização, seja típica ou atipicamente.
- 53** Uma determinada função antes considerada como típica de determinado Poder não comporta sua transformação, a qualquer tempo, em atípica, sob pena de vulnerar a separação de Poderes.
- 54** A Administração Pública, em seu sentido subjetivo, contempla o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas incumbido das atividades administrativas.
- 55** A descentralização política federativa representa um arranjo que, por pressupor repartição de competências, repercute na forma como será desempenhada a atividade administrativa.

Acerca dos agentes públicos, julgue os itens de **56 a 60**.

- 56** Os agentes políticos são necessariamente investidos nessa condição por meio de eleição.
- 57** Os agentes em colaboração com o Poder Público normalmente se identificam com um vínculo transitório e efêmero, como é o caso dos jurados e dos mesários, mas podem alcançar também vínculos permanentes, como é o caso dos delegatários de serventias extrajudiciais de notas e de registros.
- 58** Os agentes putativos são aqueles que, em situações excepcionais e em colaboração com o Poder Público, praticam atos como se se tratassem de agentes de direito.
- 59** Uma das características dos servidores públicos é a profissionalidade, ilustrada, na Constituição, pelas escolas de governo para formação e aperfeiçoamento.
- 60** A definitividade é traço caracterizador dos servidores públicos que, contudo, não afasta certas hipóteses em que esse vínculo seja temporário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação aos princípios fundamentais que regem a Administração Pública Federal, julgue os itens de **61 a 70**.

- 61** O princípio da legalidade administrativa pressupõe que a atuação do gestor público deve estar respaldada por uma lei que defina os limites da sua atuação.
- 62** O princípio da publicidade requer que a lei e a Administração Pública confirmem tratamento isonômico aos particulares, não discriminatório.
- 63** O princípio da eficiência trata da relação entre os meios empregados e os fins alcançados, ou seja, de fazer mais com menos recursos.
- 64** O princípio da supremacia do interesse público prescreve que a atuação da Administração Pública deve prevalecer sobre os interesses públicos para garantir os interesses individuais.
- 65** O princípio da impessoalidade prevê que os atos administrativos sejam, sem exceção, publicamente divulgados.
- 66** O princípio da continuidade no serviço público justifica a proibição de greve para algumas categorias, como as dos militares.
- 67** Com base na violação do princípio da moralidade, a ausência de motivação em um ato administrativo implica a sua anulação.
- 68** O princípio da segurança jurídica não impede que seja dada aplicação retroativa a uma nova interpretação por parte da Administração Pública.
- 69** O princípio da moralidade administrativa dá ensejo para que ocorra a anulação de atos com desvio de finalidade, ainda que sejam legais.
- 70** Pelo princípio da autotutela, a Administração exerce controle sobre os próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário.

No que se refere à administração direta e indireta, à estruturação e às características das entidades e dos órgãos públicos, julgue os itens de **71 a 78**.

- 71** A desconcentração administrativa consiste na distribuição interna de competências dentro de uma pessoa jurídica.
- 72** A Administração Pública é composta pela administração direta, pelas entidades da administração indireta e pelos serviços sociais autônomos.

- 73** As autarquias, dotadas de personalidade jurídica própria, fazem parte da administração pública indireta.
- 74** Quanto à organização do capital, as empresas públicas têm como característica o fato de não admitirem a participação de terceiros que não façam parte da Administração Pública.
- 75** As sociedades de economia mista podem assumir qualquer forma de organização empresarial, ao contrário das empresas públicas.
- 76** Os consórcios públicos somente podem ser constituídos com personalidade jurídica de direito privado.
- 77** As fundações públicas podem ser criadas diretamente por lei ou ter sua criação autorizada por esta.
- 78** Quanto à forma de organização empresarial, as empresas públicas somente poderão ser constituídas como sociedades anônimas.

No que diz respeito aos ministérios e às suas respectivas áreas de competência, julgue os itens **79 e 80**.

- 79** A segurança da navegação aérea é atribuição exclusiva do Ministério da Infraestrutura.
- 80** A Política Nacional de Saneamento e de Segurança Hídrica é de competência do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Quanto aos poderes e deveres do administrador público, julgue os itens de **81 a 85**.

- 81** Tendo recebido determinada potestade pública, deve o agente público exercê-la nas condições e nos limites definidos pela regra legal que lhe outorgou competência.
- 82** Se, diante de certo motivo, a lei indica o objeto do ato a ser praticado e não permite que razões de conveniência ou de oportunidade administrativas interfiram na prática do ato, há o exercício do poder discricionário.
- 83** O poder disciplinar alcança as pessoas que podem sofrer punições em razão de infrações relacionadas com atividades exercidas no âmbito da própria Administração Pública.
- 84** No exercício do poder regulamentar, a Administração pode alcançar os particulares, impondo-lhes restrições e condicionamentos ao exercício de direitos e atividades.
- 85** O poder normativo diz respeito à possibilidade de dar ordens aos subordinados e de controlar a atividade dos órgãos inferiores para verificar a legalidade de seus atos e o cumprimento de suas obrigações.

Julgue os itens **86** e **87**, relativos aos tipos de estrutura organizacional.

86 A estabilidade e a constância das relações formais são desvantagens da organização linear.

87 A organização funcional tem a vantagem de desenvolver comunicações diretas e sem intermediação.

A respeito de relações humanas, desempenho profissional e desenvolvimento de equipes de trabalho, julgue os itens **88** e **89**.

88 A liderança liberal conduz e orienta o grupo e incentiva a participação democrática das pessoas.

89 De acordo com a teoria X de McGregor, a própria natureza das pessoas leva-as a resistir às mudanças, pois procuram sua segurança e pretendem não assumir riscos que as ponham em perigo.

No que se refere a arquivamento e a procedimentos administrativos, julgue o item **90**.

90 O arquivo de primeira idade guarda documentos que não são mais consultados com tanta frequência, mas que ainda possuem valor primário.

Acerca da Lei n.º 5.517/1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de médico veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, julgue os itens de **91** a **95**.

91 Além de fiscalizar o exercício profissional, cabe ao Conselho Federal orientar, supervisionar e disciplinar as atividades relativas à profissão de médico veterinário em todo o território nacional.

92 Os Conselhos Federais e Regionais constituem, em seu conjunto, uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira.

93 Os Conselhos Regionais, sediados nas capitais dos estados e nos municípios com mais de duzentos mil habitantes, são subordinados ao Conselho Federal de Medicina Veterinária.

94 O Conselho Federal será composto por brasileiros natos em pleno gozo de seus direitos civis. Por ser considerado como autarquia, não serão admitidos, em sua composição, brasileiros naturalizados.

95 O poder de disciplinar e aplicar penalidades aos médicos veterinários compete exclusivamente ao Conselho Regional em que estejam inscritos ao tempo do fato punível, podendo ser aplicada, a depender do caso, a penalidade de suspensão do exercício profissional por até três meses.

De acordo com a Resolução CFMV n.º 1.041/2013, que dispõe sobre a inscrição, o registro, o cancelamento e a movimentação de pessoas físicas e jurídicas no âmbito da autarquia, julgue os itens de **96** a **101**.

96 Para o exercício da zootecnia no território nacional, o profissional é obrigado a se inscrever no Conselho Regional de Medicina Veterinária.

97 O profissional médico veterinário que exerça, exclusivamente, atividade em sua própria propriedade rural caracterizará exercício da medicina veterinária.

98 A certidão de colação de grau, expedida por instituição de ensino superior credenciada, não será admitida para a inscrição provisória do profissional no respectivo Conselho Regional.

99 O profissional que exerce suas atividades na jurisdição do estado do Rio Grande do Norte deverá ter sua inscrição no Conselho Regional de Medicina Veterinária desse estado. Contudo, caso ele venha a exercer atividade profissional na jurisdição do estado do Ceará por prazo superior a noventa dias, deverá então requerer sua inscrição secundária no Conselho Regional de Medicina Veterinária do estado do Ceará.

100 O profissional poderá proceder ao cancelamento de sua inscrição, mediante apresentação de requerimento direcionado ao presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária, sem expor os motivos do pedido de cancelamento.

101 O médico veterinário e o zootecnista, diplomados, que exercerem a profissão sem a devida inscrição no Conselho Regional perderão o direito de exercício da profissão pelo prazo de cinco anos, a contar da apuração da irregularidade.

Segundo a Resolução n.º 1.177/2017, julgue os itens de **102 a 105**, relativos às entidades obrigadas a registro ou a cadastro no Sistema CFMV/CRMVs.

- 102** Canis, gatis e abrigos para animais estão obrigados a realizar registro no referido sistema.
- 103** Não há a obrigatoriedade de registro para a organização de congressos e outros tipos de reuniões destinados ao estudo da medicina veterinária ou para a assessoria técnica do Ministério das Relações Exteriores, no país e no estrangeiro, no que diz respeito aos problemas relativos à produção e à indústria animal.
- 104** Empresas públicas e organizações não governamentais não poderão registrar-se no Sistema CFMV/CRMVs, uma vez que o registro é voltado para entidades exclusivamente privadas, com finalidade lucrativa, que prestem serviços relacionados à atuação de profissional da medicina veterinária e da zootecnia.
- 105** Ficam dispensadas do certificado de regularidade e do pagamento de taxa de registro e de anuidade as atividades de aquicultura caracterizadas como de subsistência.

Com relação à Lei n.º 6.830/1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, julgue os itens de **106 a 110**.

- 106** Será aplicado subsidiariamente o Código de Processo Civil na execução judicial para cobrança de dívida ativa da União.
- 107** A atualização monetária, os juros e a multa de mora não compõem a dívida ativa da Fazenda Pública.
- 108** A dívida ativa da União será apurada e inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional.
- 109** A dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e de liquidez, mas essa presunção é relativa e pode ser contestada por prova inequívoca, a cargo do executado.
- 110** Os depósitos judiciais em dinheiro, quando relacionados com a execução fiscal proposta pela União ou por suas autarquias, serão obrigatoriamente feitos em instituição financeira privada ou no Banco do Brasil.

Quanto às normas para licitações e contratos da Administração Pública previstas na Lei n.º 8.666/1993 e à modalidade de licitação denominada pregão, tratada na Lei n.º 10.520/2002, julgue os itens de **111 a 115**.

- 111** Trabalhos de assessorias ou consultorias técnicas e de auditorias financeiras ou tributárias são considerados como serviços técnicos profissionais especializados.
- 112** É inexigível a licitação na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- 113** Na modalidade de pregão, para o julgamento e a classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
- 114** É possível o contrato verbal com a Administração no caso de pequenas compras de pronto pagamento.
- 115** A modalidade de pregão, por possuir regramento próprio, não admite que sejam aplicadas subsidiariamente as normas previstas na Lei n.º 8.666/1993.

No que se refere aos procedimentos para a recuperação de créditos resultantes de anuidades, multas, taxas, emolumentos e demais créditos já ajuizados das pessoas físicas e jurídicas, previstos na Resolução CFMV n.º 1.005/2012, julgue os itens de **116 a 120**.

- 116** Não é permitido que as entidades integrantes do Sistema CFMV/CRMVs realizem acordos judiciais para recebimento de débitos referentes a anuidades.
- 117** A negociação do valor do débito poderá ser realizada a qualquer momento e em qualquer fase do processo, mesmo que tenha havido o trânsito em julgado.
- 118** O acordo para recebimento de débitos será realizado mediante concessão de redução progressiva dos encargos moratórios conforme o número de parcelas. Assim, quanto menor o número de parcelas, maior será o desconto da multa e dos juros.
- 119** No caso de parcelamento do débito, vencida uma parcela, incidirão sobre o seu valor multa, juros de mora e correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- 120** Caso o acordo judicial resulte em parcelamento do débito, será requerida a extinção do processo judicial.